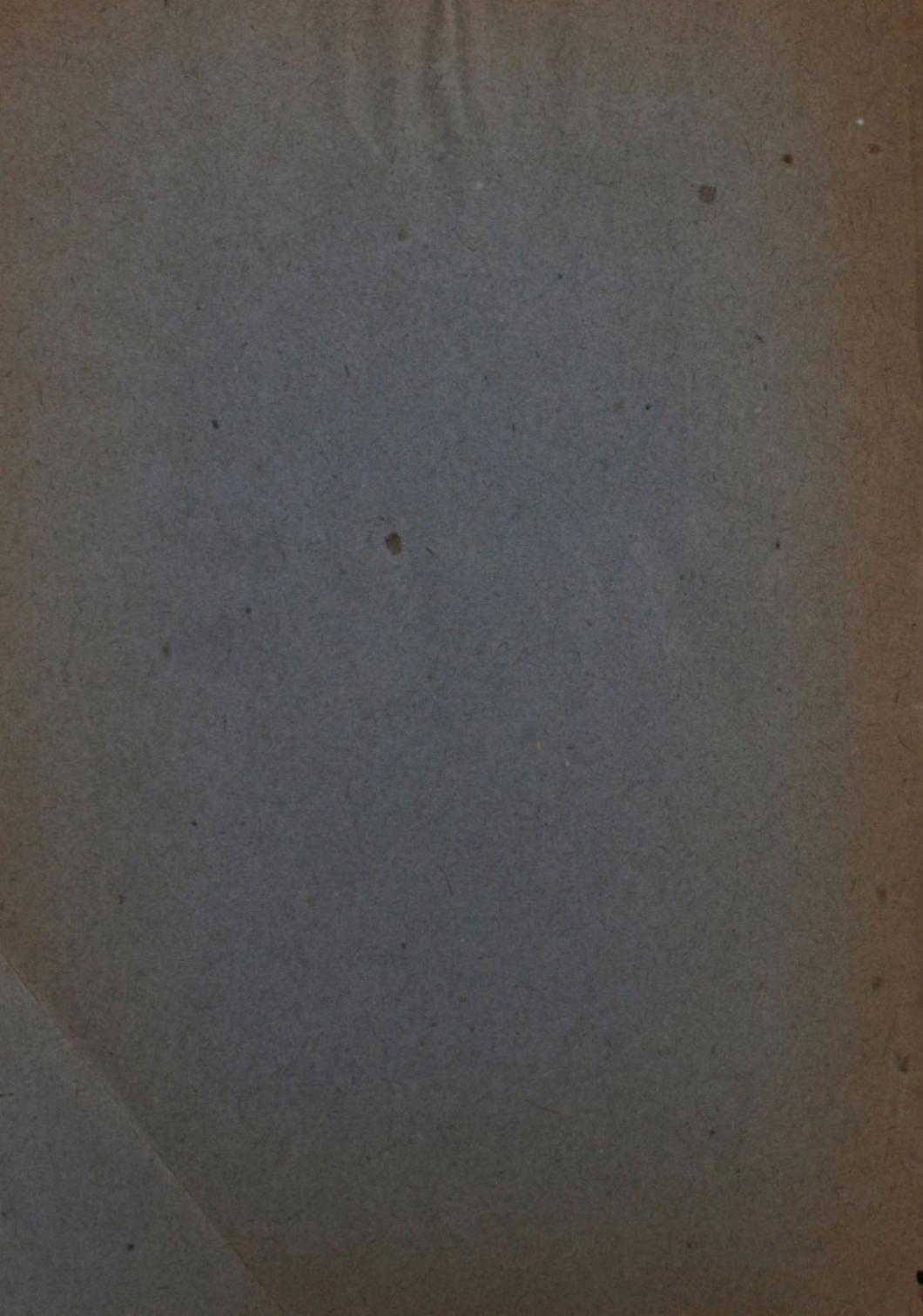


CARTAS POLITICAS

POR

JOÃO CHAGAS

N.º 25



2.^A CARTA

AO

SR. JOSÉ D'ALPOIM

SOBRE A SUA SITUAÇÃO PERANTE

O PAIZ

E PERANTE OS REPUBLICANOS

2.^a SERIE

Lisboa, 24 de Maio de 1909.

Não ha nada mais difficil — diz um proverbio arabe — do que endireitar a sombra de uma vara torta.

Procura o sr., no seu jornal *O Dia*, através do qual nos habituamos a vel-o por transparencia, corrigir a sua situação perante os republicanos, affirmando:

EDITOR & PROPRIETARIO, JOÃO CHAGAS.—COMPOSTO E IMPRESSO
NA OFFICINA BAYARD, ARCO DO BANDEIRA, 108. — MCMIX

1.º — Que a dissidencia progressista, como partido, não resolveu nunca, na sua commissão executiva, por qualquer fórma, tomar parte no movimento revolucionario de 28 de janeiro.

2.º — Que n'esse movimento entraram alguns membros do partido dissidente.

3.º — Que o chefe dissidente não fez profissão, ou tomou compromisso, de fé republicana.

4.º — Que o chefe dissidente não consentiu que nenhum dos seus amigos se filiasse no partido republicano.

5.º — Que, estando resolvido a tomar o posto que fosse julgado mais perigoso na lucta, declarou que abandonaria o movimento, se fôsse condição indispensavel a sua filiação, ou de alguns amigos seus, no partido republicano.

6.º — Que no caso de triumphar o movimento revolucionario, nada pedia e nada queria do partido republicano, para si ou para os seus amigos.

7.º — Que o seu intuito era a destruição do estado de cousas politicas creado pela dictadura no paiz, achando-se resolvido a «todas» as luctas, fôsem quaes fôsem as consequencias, porque entendia que essa attitude era obrigação de todos os portuguezes, e de todos os liberaes, sem nada solicitar ou querer para si, sob o ponto de vista politico ou pessoal.

Aqui está!

Estas declarações não modificam em nada a situação que o sr. creou perante os republicanos e perante o paiz, e não a sophismam sequer.

O que é que se diz?

Qué o sr. collaborou n'um movimento revolucionario, que tinha em vista a mudança das instituições.

O sr. mesmo o confirma e confirma-o de tal modo que declara ter estado resolvido a tomar o posto que fosse julgado mais perigoso na lucta.

Como imagina corrigir esta situação insophismavel e insophismada?

Objectando que o seu partido não resolveu nunca tomar parte no movimento revolucionario de 28 de janeiro, como se o seu partido e o sr. fossem coisas differentes exercendo uma acção differente. Tão pouco differentes ellas são que o sr. mesmo se encarrega de proclamar a sua solidariedade, que digo eu? a sua subalternidade quando affirma que «*nunca consentiu*» que qualquer dos seus amigos se filiasse no partido republicano. Pois os actos de um chefe politico que despoticamente assim domina o seu partido, não são os actos do partido?

Por outro lado, as suas mal inspiradas declarações tampouco modificam o character do seu papel politico, nem modificarão o juizo que a esse respeito já a opinião formulou.

De que é que o sr. se defende?

De ter tomado compromissos com os republicanos.

Mas não nega que os tomou e nega-o tão pouco que, sem ter sido levado a declaral-o, torna publico que desejou um logar de perigo no movimento revolucionario.

Isto não é um compromisso, diz o sr. Compromisso seria se houvesse feito profissão de fé republicana, que não fez. Assim, o sr. entende que collaborar n'um movimento revolucionario republicano, não é fazer profissão de fé republicana. Perdão sr. Alpoim! E' fazel-a pela forma mais solemne. Ninguem se propõe bater, ou se bate por uma idéa, senão com a con-

dição de a abraçar, e o sr. propunha-se, segundo a sua propria declaração, bater-se e bater-se bravamente pela republica — unico objectivo que teve o movimento revolucionario de janeiro de 1908. Era preciso ainda fazer profissão de fé republicana? — Estava feita!

O que o sr. pretende significar é que não se filiou no partido republicano. Mas isso sabemos nós e é isso justamente o que condemnamos no seu procedimento. Antes de entrar no movimento revolucionario, o sr. devia filiar-se no partido republicano. Não o fez e porque não o fez? Já lh'o disse, mas vejo que sou obrigado a repetir-lh'o: não o fez porque o movimento revolucionario republicano não era ainda a republica, isto é—o Exito.

O sr. pretende illudir o objectivo da sua acção pessoal n'esse movimento dizendo que «o seu intuito era a destruição do estado de coisas politicas, creado pela dictadura no paiz achando-se resolvido a *todas* (o gripho é seu) as luctas, fossem quaes fossem as consequencias».

Palavras, meu caro sr. palavras! O estado de coisas politicas, como o sr. lhe chama, era o de uma dictadura com a qual o rei, isto é a monarchia estava perfeitamente identificada. No tempo de D. Maria II ainda foi possivel sophismar a solidariedade da corôa com as dictaduras, declarando-se a rainha coacta pelos seus ministros. Com D. Carlos não houve logar para sophismas, nem elle o deixou em aberto. João Franco foi o ministro da dictadura, mas o dictador foi o rei, que se declarou como tal. O estado de coisas politicas era, portanto, o da monarchia em guerra aberta com os partidos e com a nação. Combater a dicta-

dura era combater a monarchia; combater João Franco era combater o rei. Foi o que os republicanos fizeram, foi o que o sr. fez, foi o que mostrou desejos de fazer a parte jovem dos partidos conservadores, mal contida pelos seus chefes.

Diz o sr. que estava resolvido «a *todas* as luctas, fossem quaes fossem as consequencias»; mas semelhante interpretação do seu procedimento não pode ser acceite como boa. O que quer dizer *todas* as luctas? e que quer dizer—«fossem quaes fossem as suas consequencias?» Havia uma lucta só a travar— a lucta contra o rei e contra a monarchia, e as consequencias eram uma só— a Republica.

O sr. dá a entender que acceitava a republica como um *pis aller*, um *antes assim que peor*. Dá-o a entender, mas não nos persuade de que o entendesse assim. A republica pode ser um *pis aller* para os que forem forçados a reconhecê-la, mas não o é para os que a promoverem e o sr. promoveu-a.

A declaração de que o seu intuito «era a destruição do estado de coisas politico, creado pela dictadura, no paiz», não tem pois, o sentido mesmo ambiguo, que lhe quer dar.—A destruição d'esse estado de coisas era inappellavelmente a republica. A declaração de que estava «resolvido a *todas* as luctas, fossem quaes fossem as suas consequencias» tampouco se presta a qualquer equívoco. Quaesquer que fossem as luctas encetadas contra a dictadura de D. Carlos, as suas consequencias fataes eram— a queda da monarchia e o advento da republica. D. Carlos não abdicava e quando o quizesse fazer perante uma revolução triumphante, seria tarde. A revolução estaria no poder e quem diz *revolução* em Portugal, diz—*republica*.

Resumindo, as suas declarações não o collocaram melhor do que estava e, até certo ponto, deixaram-n'o peor, como era de prever. Ha factos que não se torcem.

*

O sr., segundo diz, procura defender-se.

Não é facil, porque o sr. não é um homem politico attacado. Attaca-se no homem politico — o seu programma. No sr. é attacada a propria personalidade politica. Programma não o tem. Tem só a personalidade, e essa está fundamentalmente compromettida por si mesmo.

• Como é que o sr. se póde defender?

Dando-nos a garantia de si mesmo?

Como, se os seus actos desmentem todas as suas seguranças?

O sr. garante á democracia que é um democrata, mas rompe as suas solidariedades com a democracia revolucionaria, para servir uma monarchia *soi disant* liberal, que procura o seu appoio nos padres.

O sr. garante á monarchia que é um monarchico, mas é tão mau monarchico que já a combateu nos seus fundamentos e tão pouco monarchico que não ha muito (em março do anno passado) dizia ao jornalista Ma-

lagodi, redactor da *Tribuna*, de Roma, : « Não sou hoje republicano, mas posso vir a sê-o, se as coisas não mudarem. »

Quer dizer: a monarchia não confia no sr. e a democracia tampouco. A ambas o sr. é suspeito.

O sr. responde a isto, como ainda hontem no *Dia*, que essa desconfiança constitue « uma preocupação meramente gratuita. »

Gratuita?

Da inconsistencia das suas opiniões monarchicas fallam claramente os actos, que o sr. proprio reivindicava, posto procure illudir a sua significação. Se uma monarchia existe em Portugal não é culpa sua. Da inconsistencia das suas opiniões democraticas falla toda a sua carreira politica. Odilon Barrot só se desmentiu no fim da sua vida. Até então, e durante toda ella, foi um liberal. O sr. só é liberal ha pouco tempo.

Em 1902, antes da dissidencia era o sr. de opinião que os republicanos não deviam ter entrada no parlamento e que os governos tinham o dever de os bannir d'esse logar. Assim o escrevia no *Dia*: « Para a monarchia, seja a nossa, seja a estrangeira, é um mal a entrada no parlamento, de elementos republicanos, e assiste aos governos o dever de evital-os ».

Mudou de opinião, é claro. Seis annos mais tarde depois, da dissidencia, pensava d'outro modo e assim o exprimia no *Primeiro de Janeiro* (20 de fevereiro): « Porque razão hade o partido republicano viver legalmente n'outros paizes monarchicos e hade aqui fazer-se contra elle uma politica de excepção! Eu entendo que não deve haver uma politica para monarchicos e outra para republicanos ».

Aqui estão duas opiniões completamente oppostas — uma, a do reaccionario, outra, a do liberal.

Eil-o liberal e, como liberal, n'um curto espaço de tempo, o sr. já mostrou duas faces — a face da opposição, que mostrou hontem, e a face do governo, que mostra hoje.

Na opposição aos governos inspirados pela influencia do José Luciano, o sr. foi um legalista, mas sobre- vem um governo que lhe abre meia porta do poder e o seu legalismo amollece. No mez passado dizia o sr: « *Póde admittir-se um adiamento? Seria um crime imperdoavel ligar a responsabilidade da corôa a uma fuga deante do parlamento, que nada remediaria e só concorreria para avolumar difficuldades e paixões, cuja explosão seria terrivel no dia do ajuste de contas.* » E dizia mais: « *O adiamento, estando pendentés do parlamento questões gravissimas, não havendo leis constitucionaes votadas, nem orçamento para o futuro anno economico, é simplesmente... brincar com o fogo! Sempre queremos vêr como o conselho d'Estado vota o adiamento! ... Para que tudo cahia nos ultimos extremos de uma palhaçada, só faltaria o adiamento. Venha de lá isso e viva o Gran-ducado de Gerolstein!* »

Mas as circumstancias mudaram, a sua opinião mudou e, ha poucos dias, affirmava o sr. que « *o adiamento não é sequer uma simples infracção constitu- cional.* »

No entanto, o sr. tinha principios de apparen- cia solida sobre esta questão dos adiamentos, e tão solidas que faziam mesmo parte do vago plano politico que esboçou no seu discurso de 29 de novembro de 1906, nos Pares. Lá está, consignado n'esse plano,

«quanto ao adiamento, um pequeno prazo e a prohibição d'esse adiamento se repetir, sem assentimento das côrtes, como prescrevem as leis hespanhola e belga». Na mesma camara e dois annos depois, (sessão de 2 de maio) dizia o sr.: «O refugio dos homens publicos, compromettedor para a corôa, nos adiamentos e dissoluções, como expediente de governo, é um signal de impotencia intellectual, ou moral, uma demonstração de cumplicidades e responsabilidades, a que pretendem os governantes esquivar-se».

Responde o sr. aos que lhe lançam em rosto a sua contradicção, que não applaude, nem defende o adiamento. Mas se não o defende, porque não o attaca?

Não o attaca — aqui está! — porque o adiamento, que servia hontem os interesses do seu inimigo politico, serve hoje os do seu alliado e os seus proprios. Assim tambem a questão do Transwaal era hontem, segundo o sr., uma questão de vida ou de morte para a nação e que não podia esperar, e hoje já espera e os seus alarmados gritos de patriotismo cessaram. Hontem dizia o sr. na sua inflammada linguagem de opposição: «Venham, pois, os debates parlamentares, reu-nam-se os comicios em todo o paiz, faça-se na imprensa uma campanha viva e intensa e teremos mostrado que ainda Portugal. . . não deixou de ser Portugal. Do contrario, parece-nos que nem para monarchicos, nem para republicanos ha já lugar. A nacionalidade ter-se-ha afundado n'um charco.»

Isto foi hontem. Hoje, o que diz? Nada! Absolutamente nada! No dia seguinte ao do comicio promovido pelos republicanos, para mostrar que «Portugal ainda não deixou de ser Portugal», o sr. entretinha-se

a discutil-o com azedume, como a um acto aggressivo, dizia que a situação mudara: «*Seguimos o nosso caminho. Somos o que somos! «Tudo» preferiamos á monarchia despotica de janeiro de 1908! Mas não confundimos a situação d'hoje — por má que seja, pelos erros dos que se teem succedido no poder — com o que supportavamos n'aquella epoca ignominiosa*». Não ha duvida. A situação mudou. Hontem convinha uma agitação publica que fizesse baquear o governo. Hoje não convem.

Que defeza tem isto?

Nenhuma.

O sr., no entanto, defende-se.

Defende-se d'este modo: mudando de posição, mas affirmando que está no mesmo lugar.

A opinião attaca-o com factos: o sr. defende-se com palavras. Assim o sr. diz que está onde esteve e, comtudo, está hoje na Ordem e esteve hontem na Revolução; assim o sr. diz que não defende o adiamento, mas não o combate; assim o sr. diz que não mudou de opinião quanto á questão do Transwaal, mas deixou de a discutir. . . Mostram-lhe as suas contradicções e o sr. pergunta-onde está a contradicção. Assim o sr. faz da sua personalidade um *embroglio* e da sua politica um baile de mascarar. Os reaccionarios attacam-n'o, porque não lhe perdoam as suas solidariedades com os republicanos. D'este ataque, procura o sr. fazer um titulo de engrandecimento, mostrando-se ao paiz liberal como uma victima da reacção. Os republicanos attacam-n'o, porque não lhe perdoam o seu regresso á monarchia e ao poder, e o sr. procura mostrar-os divididos a seu respeito, dando a entender que só alguns, aos quaes chama — os *jacobinos verme-*

lhos, contrariam a sua politica e que os melhores estão consigo.

Em vão!

A defeza da sua personalidade e da sua politica são inuteis. O sr. tem consigo alguns amigos pessoaes, mas nenhuma opinião o acompanha, ou acompanhará.

Nenhuma!

Diz o sr. (dil-o no momento em que fecho esta carta — quarta feira 26) que hade governar succeda o que succeder. «*Podem critical-as* (as suas declarações), — escreve o sr. no *Dia d'hoje* — *e tirar d'ali as illações que mais convenham aos seus despeitos, ou sejam impostas pelo terror que lhes inspire a dissidencia como partido de governo, que o é, por mais que lhes custe, e que hão de supportar como tal, succeda o que succeder, e por muito que lhes dôa*».

Sim. E' possivel que o sr. venha não digo já a governar, mas a occupar o poder, o que é differente. Não subirá, porém, até elle com o concurso da opinião, mas com a sua hostilidade.

A opinião—eu já lh'o disse—não o reclama, nem ao sr., nem a outro. Está desilludida da monarchia e está desilludida dos seus homens, e o sr. não lhe traz

nenhuma illusão nova. A' volta de um novo homem de governo que não fosse o sr., poderia fazer-se, não digo já um armistício, mas um minuto de expectativa, como agora se diz — benevola. O sr. não pode contar com essa expectativa. O sr. no poder, não concilia a opinião de ninguém e impaciente a de todos. Para os revolucionarios é um caso de apostasia; para os reaccionarios, outro. O sr., no poder, é uma causa de desordem.

Tem, ao menos, o sr. o temperamento de um homem de governo? Não tem. O sr. é um homem de opposição e só tem qualidades uteis na opposição. No governo não tem senão defeitos. Tem a paixão da sua personalidade, um exaggerado amor de si mesmo, é irascível, irritavel, inclinado á ira. Verifique-se o timbre das suas palavras, á medida que o sr. se vae aproximando do poder e que vae encontrando no seu caminho os embaraços da opposição publica á sua ambição. Elle cada vez é mais irritado. Ainda o sr. não está no governo e já está brigando, já ameaça, já desafia, já diz que o «hão de supportar, succeda o que succeder e por muito que lhes dôa.» E ainda o sr. não tem nas suas mãos a Auctoridade, essa auctoridade que, nas mãos do João Franco, fez os estragos que sabemos! Ora o sr. — por muito que isto o sobresalte — é da mesma fauna do João Franco.

N'uma sociedade em revolução o poder que ainda dá mais garantias d'ordem é o dos neutros. O sr. é um faccioso. Tem o facciosismo de si mesmo. Não conhece factos, não conhece principios: só conhece amigos ou inimigos. Sem opinião, e só com amigos e inimigos, mas tendo muito mais inimigos do que amigos, o sr. não conseguirá fazer do poder, se vier a occu-

pal-o, senão uma tempestade, ao pé da qual ficará a perder de vista a que João Franco desencadeiou.

Eu sei! eu sei!

Eu estou fazendo o jogo dos reaccionarios! Eu estou fazendo o jogo dos progressistas! O sr. já o disse.

Não, meu senhor. Não estou fazendo o jogo dos reaccionarios, para quem o sr. não seria no poder um perigo. Não estou fazendo o jogo dos progressistas, com os quaes, se fôr preciso, o sr. se alliará outra vez amanhã.

O jogo que estou fazendo, se a tão nobre proposito se pode dar tão torpe qualificativo, é o jogo da minha causa, que não se presta e não se prestará nunca, pelo menos por minhas mãos, a servir outros interesses que não sejam os seus e os do paiz. Ora, os seus interesses, sr. José d'Alpoim, não são os da minha causa e não são os do paiz. O sr. pretende servir as instituições monarchicas. Servil-as a ellas é já hoje, desservir o paiz, e porque motivo havia eu de abrir uma excepção a seu favor n'este criterio?

O sr. presumiu talvez que as relações que contrahiu com os republicanos, no tempo de João Franco, lhe garantiam a companhia d'estes pela vida fóra e através dos meandros do seu destino pessoal. Pois se o presumiu, presumiu muito mal. O sr. escreve hoje no seu jornal que eu não represento a maioria das opiniões no meu partido, no que certamente só agora faz reparo, porque ainda o anno passado não parecia dar por tal. Eu não represento realmente no meu partido uma maioria. Tambem tenho a vantagem de não representar uma minoria. Não temos ainda programmas especiaes dentro do partido republicano, que dividam a opinião a nosso respeito; mas no caso especial de que

se trata, que é o seu, a minha opinião vale pela de muitos, eu não preciso consultar o meu partido para o julgar, e com essa especial auctoridade que o sr. não me pode contestar hoje, como não me contestou hontem, aqui lhe digo que o proseguimento da sua carreira dentro da monarchia, não interessa ao partido republicano, senão para o vigiar com o especial cuidado com que se vigiam os movimentos de um inimigo.

*

Mas eu vou concluir.

Este litigio entre o sr. e os republicanos ameaça eternisar-se: de um lado os republicanos a reclamarem-no para a republica; do outro, o sr. a assegurar que não lhe pertence, que não tomou compromissos com ella, que é livre e que pode consorciar-se com a monarchia.

Tão intoleravel situação deve acabar.

Já o sr. o diz e diz muito bem: «Nada de tyrannias!»

Justamente: nada de tyrannias!

O sr. entende que não tomou compromissos com a republica e pode voltar para a monarchia. Optimamente. Volte. Volte para a monarchia, mas fique na monarchia. O sr. precisa ter um domicilio politico. O

seu domicilio politico é na monarchia? Excelente-mente! Fica vivendo na monarchia.

Assim, acaba-se todo o equívoco, todo o sobresalto, toda a oppressão. Vae para a monarchia de vez e leva para a monarchia tudo o que é seu. Tinha deixado na republica uma camisa de dormir e uns chinellos. Aqui os tem. Leve-os e que fique liquidado este assumpto. O que, porém, é preciso é que elle fique liquidado—de vez, e que o sr. não volte amanhã para a republica, como já diz que o fará, se os factos se repetirem. « *Se amanhã os mesmos factos se repetissem, aos republicanos e a quaesquer outros liberaes nos juntariamos* », etc.

Não!

O sr. não fez profissão de fé republicana. Collaborou, é certo, n'um movimento revolucionario, cujo objectivo era depôr o rei e proclamar a republica, mas não fez profissão de fé republicana, o que, segundo o seu criterio, perfeitamente o habilita a servir a monarchia.

Sirva-a, mas ligue-se definitivamente ao seu destino. Não se separe mais d'ella. Foi ella o seu primeiro amor. *On revient toujours à ses vieilles amours*. Que seja o ultimo! No fim de contas, o movimento revolucionario de janeiro foi um amúo, uma zanga, no fundo uma nuvem. O sr. sahio furioso batendo com as portas. Passou uma noite fóra de casa. Passou mesmo duas. Foi infiel. Uma vez, que importa! Não é o irreparavel. Voltou, fatigado, moido, com olheiras. A monarchia — boa rapariga! — abriu-lhe a porta, vae abrir-lhe talvez a do poder. Já no limiar o sr. lhe dá o beijo da reconciliação. Vamos! Abrace-a e fique, mas fique por uma vez.

“Cartas Politicas”

A 1.^a serie constitue um volume de 320 paginas, para o qual já estão feitas capas espeziaes de percalina, que podem ser requisitadas e cujo preço é de 160 réis, sendo o da capa e o da encadernação de 250 réis.

As capas podem ser requisitadas separadamente, assim como pode ser confiado á administração das «Cartas Politicas» o cuidado da encadernação.

Escriptorios das CARTAS POLITICAS — rua do Arco do Bandeira, 104, 1.^o — LISBOA.

Agentes no Porto — Srs. A. DIAS PEREIRA & C.^a — Cancellia Velha, 57.

Agente em Coimbra — Sr. ANTONIO MENDES PINTO DOS SANTOS, Rua da Sophia, 13.

Estas brochuras publicam-se uma vez por semana — aos sabbados.

Vendem-se em todas as livrarias, tabacarias e kiosques. — O seu preço é de 50 reis.

Assignam-se em series de 6, ou 12 numeros. O preço d'esta assignatura é de 300 e 600 reis, pagos adiantadamente.

